

A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001

*Rodolfo Hoffmann*¹

Resumo

São analisadas as distribuições do rendimento por pessoa economicamente ativa e do rendimento familiar per capita, no Brasil, de 1992 a 2001, utilizando dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). A análise é feita considerando a divisão do país em 6 regiões, destacando o Estado de São Paulo da região Sudeste. O substancial crescimento da renda per capita entre 1993 e 1995 é confirmado por meio de uma análise da evolução da proporção de domicílios com determinados bens duráveis de consumo. Verifica-se que entre 1993 e 2001 houve uma substancial redução da desigualdade da distribuição do rendimento por pessoa economicamente ativa, mas que a redução da desigualdade é quase desprezível quando se analisa a distribuição do rendimento familiar per capita.

Palavras-chave: Desigualdade; Renda – Distribuição; Pobreza – Brasil.

Abstract

This paper analyses the income distributions of economically active persons and of per capita family income, in Brazil, from 1992 to 2001, using data from the Brazilian National Household Survey. The analysis considers six regions of the country: North, Northeast, Southeast without São Paulo State, São Paulo State, South and Midwest. The substantial growth in per capita income between 1993 and 1995 is confirmed by an analysis of the increase in the proportion of households having some durable consumption goods. There is a substantial decrease in the inequality of the distribution of income among the economically active persons from 1993 to 2001, but the decrease in the inequality of per capita family income is negligible.

Key words: Inequality; Income distribution; Poverty – Brazil.

JEL D31, I32.

1 História de desigualdade

Em comparações internacionais, os países da América Latina se destacam, em geral, por apresentarem elevada desigualdade da distribuição da renda,² cuja explicação teria que ser procurada na formação e evolução econômico-social dessas antigas colônias de Portugal e da Espanha. Um aspecto fundamental é, sem dúvida, a elevada concentração da posse da terra, quando a economia desses países tinha como núcleo a produção e exportação de produtos primários. Cabe lembrar,

(1) Professor do Instituto de Economia da Unicamp, com apoio do CNPq. O autor agradece os comentários críticos de Helga Hoffmann, Angela Kageyama e José Graziano da Silva.

(2) Ver Barros, Henriques & Mendonça (2000) e Székely & Hilgert (2000). Este último trabalho analisa as limitações dos dados disponíveis para comparações internacionais.

no caso do Brasil, que ao analisar as conseqüências da abolição do trabalho escravo, Celso Furtado afirma que “praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda” (Furtado, 1967: 149).

Trabalhos publicados em 1972, comparando dados do *Censo Demográfico* de 1960 e 1970, mostraram que havia ocorrido um intenso aumento da desigualdade da distribuição da renda no Brasil nessa década (Fishlow, 1972; Hoffmann & Duarte, 1972). A situação de ditadura militar fazia com que a análise acadêmica da desigualdade ganhasse uma conotação excepcionalmente forte de crítica ao regime. Inicialmente houve quem colocasse em dúvida a veracidade do fenômeno indicado pelos dados censitários, mas o trabalho de Langoni (1973), realizado com apoio do então ministro da Fazenda, professor Antônio Delfim Netto, foi fundamental para estabelecer um consenso sobre o aumento da desigualdade entre 1960 e 1970. O aspecto polêmico passou a ser a interpretação do fenômeno, com alguns autores enfatizando a política governamental (políticas socioeconômicas, incluindo a repressão a movimentos sociais), enquanto outros consideravam o aumento da desigualdade uma conseqüência normal do funcionamento do mercado de trabalho em período de rápido crescimento econômico.

É interessante notar que para as duas interpretações seria de esperar que, terminada a fase de crescimento rápido ou encerrada a ditadura, houvesse uma redução na desigualdade. Mas isso não ocorreu, mesmo após a “década perdida” dos 80. Tudo indica que, depois de estabelecido um certo grau de desigualdade, há grande resistência para sua redução.

O que ocorreu foi que a inflação acelerada contribuiu para aumentar ainda mais a desigualdade da distribuição da renda no país, que atingiu um pico em 1989, no último ano do governo Sarney. De acordo com dados da PNAD de 1989, nesse ano o índice de Gini do rendimento das pessoas ocupadas com rendimento atingiu 0,63 (IBGE, 1996: 111). Isso colocava o Brasil como o mais desigual dos países do mundo com dados confiáveis sobre a distribuição de renda.

A inflação elevada contribuiu para aumentar a desigualdade da distribuição da renda. É necessário reconhecer, entretanto, que a inflação elevada também faz com que as pessoas errem mais ao declarar seu rendimento e isso introduz nos dados um “ruído” adicional que aumenta as medidas de desigualdade. Por outro lado, a desigualdade dos rendimentos declarados não capta as perdas que a inflação causa no valor real dos salários dos pobres após seu pagamento, enquanto os relativamente ricos têm muito mais facilidade de colocar seus rendimentos em fundos bancários, protegendo-os da erosão inflacionária.

Em 1993, novamente com inflação elevada, o índice de Gini da distribuição do rendimento de todas as fontes das pessoas economicamente ativas com rendimento era um pouco maior do que 0,6. Os dados indicam uma

desigualdade um pouco mais elevada do que 23 anos antes, em 1970, após uma década em que havia ocorrido um substancial e polêmico aumento da desigualdade.

Nas próximas seções será examinada a evolução das principais características da distribuição da renda no Brasil de 1992 a 2001, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE. Em todos os anos do período analisado, o mês de referência da pesquisa foi setembro, cabendo ressaltar que não foram levantados dados em 1994. As medidas de desigualdade e pobreza foram calculadas com base nos dados individuais (microdados) da amostra, fornecidos pelo IBGE em CD-ROM, levando em consideração o fator de expansão (ou peso) de cada observação.

A análise é feita considerando a divisão do país em seis regiões: Norte, Nordeste, MG+ES+RJ, SP, Sul e Centro-Oeste. A PNAD não abrange a área rural da antiga região Norte. Conseqüentemente, a expressão “Região Norte”, neste trabalho, refere-se à população de Tocantins e das áreas urbanas de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

É importante ter em mente as limitações dos dados sobre renda nas PNADs. O questionário procura captar tanto os rendimentos em dinheiro como os pagamentos em espécie, mas não considera o valor da produção para autoconsumo, que pode ser um componente importante da renda real de pequenos agricultores. Também não considera um outro rendimento “implícito” que é o valor de aluguel da casa própria usada pela família. Mas a principal causa de subestimação das rendas é a subdeclaração dos rendimentos, especialmente dos mais elevados. Ao examinar as várias medidas de posição (média, mediana e percentis) da distribuição da renda no Brasil apresentadas adiante, é necessário admitir que o valor verdadeiro possa ser 50% ou 100% maior. Dada a tendência de subdeclaração maior no caso dos rendimentos mais elevados, os dados das PNADs devem subestimar as diferenças regionais do país e as medidas de desigualdade da distribuição da renda.

2 A distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas

Nesta seção é analisada a distribuição do rendimento total (rendimento de todas as fontes) das pessoas economicamente ativas com rendimento positivo.

Inicialmente são analisados mais pormenorizadamente os dados de 2001, quando a população economicamente ativa (PEA) com rendimento totalizava mais de 68 milhões. A Tabela 1 mostra as principais características da distribuição no Brasil e nas seis regiões analisadas.

Em setembro de 2001, o salário mínimo era igual a R\$ 180,00. Verifica-se que o rendimento médio corresponde a 3,5 salários mínimos e o rendimento mediano é igual a 1,8 salário mínimo. Como o 75º percentil (R\$ 600,00) é menor

do que o rendimento médio, conclui-se que mais de três quartos da PEA com rendimento recebem menos do que a média.

Há grandes diferenças regionais, verificando-se que o rendimento médio no Estado de São Paulo é mais do que 2,3 vezes maior do que o rendimento no Nordeste. Mas a desigualdade dentro das regiões é muito maior, fazendo com que na decomposição do T de Theil a desigualdade *entre* as seis regiões corresponda a apenas 6,2% da desigualdade total.

A desigualdade é maior no Nordeste e no Centro-Oeste (índice de Gini maior do que 0,57) e é menor em São Paulo e no Sul (com índice de Gini menor do que 0,54).

De acordo com os dados, quem ganha mais de R\$ 2.000,00 pertence ao vigésimo mais rico. Fazendo uma correção para subestimação dos rendimentos, pode-se afirmar que quem ganhava mais de R\$ 3.500,00 em setembro de 2001 estava entre os 5% mais ricos, que se apropriavam de aproximadamente um terço da renda total. E quem ganhava mais de R\$ 2.200,00 pertencia ao décimo mais rico, que ficava com quase metade da renda total.

Tabela 1
Principais características da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas com rendimento, no Brasil e em seis regiões, de acordo com dados da PNAD de 2001

Estatística	Brasil	Norte ⁽¹⁾	Nordeste	MG+ES+RJ	SP	Sul	Centro-Oeste
Pessoas (1.000)	68.440	3.604	17.424	14.735	16.033	11.499	5.145
Rendimento médio	625,4	522,8	372,7	630,3	875,1	663,1	676,6
Percentil 10	100,0	100,0	60,0	130,0	180,0	150,0	140,0
Percentil 20	180,0	180,0	100,0	180,0	250,0	198,0	180,0
Percentil 25	180,0	180,0	120,0	190,0	300,0	220,0	200,0
Percentil 30	200,0	185,0	145,0	210,0	320,0	250,0	216,0
Percentil 40	250,0	230,0	180,0	270,0	400,0	300,0	270,0
Percentil 50	320,0	288,0	181,0	340,0	480,0	360,0	326,0
Percentil 60	400,0	350,0	230,0	400,0	600,0	450,0	400,0
Percentil 70	500,0	450,0	300,0	540,0	800,0	600,0	500,0
Percentil 75	600,0	500,0	350,0	610,0	900,0	700,0	600,0
Percentil 80	780,0	600,0	400,0	800,0	1.080,0	800,0	790,0
Percentil 90	1.300,0	1.000,0	700,0	1.300,0	1.900,0	1.300,0	1.480,0
Percentil 95	2.000,0	1.600,0	1.200,0	2.000,0	3.000,0	2.000,0	2.400,0
Percentil 99	5.000,0	4.500,0	3.500,0	5.000,0	6.400,0	5.000,0	6.000,0
% da renda recebida pelos							
40% mais pobres	9,9	11,6	10,7	10,8	11,4	11,6	10,2
50% mais pobres	14,6	16,5	15,6	15,5	16,2	16,6	14,6
20% mais ricos	62,3	60,2	62,7	61,0	59,6	59,1	64,1
10% mais ricos	46,7	45,2	48,8	45,3	43,5	43,8	48,9
5% mais ricos	33,5	33,0	36,7	32,3	30,7	31,2	35,7
1% mais ricos	13,6	14,0	16,0	13,0	12,3	12,7	14,2
Relação médias 10 ^o /40 ^o	18,8	15,6	18,2	16,8	15,3	15,2	19,2
Índice de Gini	0,571	0,543	0,574	0,554	0,538	0,535	0,580
T de Theil	0,680	0,634	0,742	0,641	0,593	0,594	0,719
L de Theil	0,598	0,520	0,612	0,549	0,514	0,513	0,602

⁽¹⁾ Exclusive área rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

Cabe ressaltar que neste imenso país os 5% mais ricos da PEA com rendimento são mais de 3,4 milhões de pessoas.

Quando se fala na necessidade de reduzir a desigualdade da distribuição da renda no Brasil, muitas vezes se imagina um processo de redistribuição que iria reduzir apenas a renda dos extremamente ricos. Na revista *Veja* (12 jul. 2000) foram divulgados dados sobre 2.745 pessoas que, na declaração de renda referente a 1998, tinham rendimento superior a R\$ 0,5 milhão por ano (mais de R\$ 40 mil por mês). Essas 2.745 pessoas correspondem a apenas 0,0045% das pessoas economicamente ativas com rendimento no país, de acordo com a PNAD de 1998. Uma estimativa da renda dessas 2.745 pessoas indica que elas recebiam cerca de 0,7% do total declarado na PNAD de 1998. É óbvio que os extremamente ricos devem ter participação importante em qualquer processo de redistribuição. Mas é importante deixar claro que os extremamente ricos não constituem base *suficiente* para uma alteração substancial no elevado grau de desigualdade da distribuição da renda no Brasil.

A Tabela 2 mostra a evolução do rendimento médio da PEA com rendimento positivo de 1992 a 2001, no Brasil e nas seis regiões.

Utilizou-se o INPC para colocar todos os valores em reais de setembro de 2001. O crescimento do rendimento real entre 1993 e 1995 pode estar exagerado pelo fato de o INPC não ter captado corretamente a inflação no período que antecede a criação da nova moeda, mas tudo indica que houve um crescimento substancial da renda no período, incluindo o consumo de vários produtos e o crescimento da proporção de famílias com posse de diversos bens duráveis, que será examinada na seção 5.

É usual associar as mudanças ocorridas entre 1993 e 1995 ao Plano Real. É certo que o estabelecimento de uma moeda relativamente estável a partir de julho de 1994 é uma conquista importante, com várias conseqüências benéficas sobre o funcionamento da economia e a distribuição da renda. Mas o crescimento econômico tem, certamente, determinantes mais complexos, cabendo assinalar que a recuperação da economia ocorreu antes da implantação da nova moeda. Após cair 0,30% em 1992, o PIB real cresceu 4,43% em 1993, 5,85% em 1994 e 4,22% em 1995 (*Conjuntura Econômica*, v. 54, n. 11, nov. 2000).

Observa-se, na Tabela 2, que o crescimento do rendimento médio entre 1993 e 1995 é mais intenso na região Sudeste, onde ultrapassa 33%. Por outro lado, excluindo a região Norte, as taxas de crescimento no período 1995-1999 indicam que a crise cambial de 1999 prejudicou mais a economia das regiões mais industrializadas, particularmente São Paulo. Entretanto, quando se considera o período de 1993 a 1999, o maior crescimento do rendimento médio ocorre na região Sudeste.

Tabela 2
 Valor real médio, em reais de setembro de 2001, do rendimento das
 pessoas economicamente ativas com rendimento. Brasil e seis regiões, 1992-2001.

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	MG+ES+RJ	SP	Sul	Centro-Oeste
1992	485,0	411,2	288,7	491,5	660,8	533,1	501,8
1993	524,5	471,2	312,9	497,8	716,6	590,3	600,6
1995	673,8	608,4	389,0	671,4	959,0	720,6	676,6
1996	692,8	596,6	411,3	682,4	984,2	725,4	709,6
1997	684,9	579,1	396,3	675,2	991,0	718,7	724,1
1998	682,3	558,7	405,6	682,0	975,5	715,9	722,8
1999	634,7	525,9	383,7	632,1	892,2	683,6	663,0
2001	625,4	522,8	372,7	630,3	875,1	663,1	676,6
Variação %							
1993-1995	28,5	29,1	24,3	34,9	33,8	22,1	12,7
1993-1999	21,0	11,6	22,6	27,0	24,5	15,8	10,4
1995-1999	-5,8	-13,6	-1,4	-5,9	-7,0	-5,1	-2,0
1993-2001	19,2	11,0	19,1	26,6	22,1	12,3	12,7
1995-2001	-7,2	-14,1	-4,2	-6,1	-8,7	-8,0	0,0

Fonte: Dados básicos das PNADS (IBGE). Os rendimentos dos anos anteriores a 2001 foram colocados em reais de setembro de 2001 considerando o INPC.

As Tabelas 3 a 6 mostram a evolução de várias medidas da desigualdade da distribuição da renda na PEA, no Brasil e nas seis regiões, de 1992 a 2001. O índice de Gini está na Tabela 3. A Tabela 4 mostra o T de Theil, que é uma medida de desigualdade mais sensível ao que ocorre na cauda superior da distribuição. Uma vantagem do T de Theil, em comparação com o índice de Gini, é que, quando a população é dividida em grupos, pode-se decompor o T de Theil em uma parcela referente à desigualdade *entre* os grupos e uma parcela referente à desigualdade *dentro* dos grupos, como é feito na Tabela 5. Na Tabela 6, estão os valores do L de Theil, que é uma medida de desigualdade especialmente sensível ao que ocorre entre os relativamente pobres, na cauda esquerda da distribuição da renda.³

Observa-se que a desigualdade é relativamente baixa em 1992. Isso não significa que a distribuição da renda seja melhor nesse ano, pois o rendimento médio é excepcionalmente baixo, fazendo com que o nível de pobreza seja relativamente elevado (ver seção 4 adiante).

Todas as medidas de desigualdade, para o Brasil e para as seis regiões, diminuem entre 1993 e 1995. Nesse biênio há um ligeiro crescimento da

(3) O índice de Gini é uma medida de desigualdade especialmente sensível a mudanças em torno da mediana da distribuição. As três medidas de desigualdade mencionadas são iguais a zero na situação hipotética em que todas as pessoas têm exatamente o mesmo rendimento. O índice de Gini não ultrapassa o valor 1, mas isso pode ocorrer com o T ou o L de Theil. Uma análise pormenorizada das medidas de desigualdade e pobreza pode ser encontrada em Hoffmann (1998a).

desigualdade *entre* as regiões, de magnitude muito menor do que a redução da desigualdade *dentro* das regiões (ver Tabela 5). Entre 1995 e 1999 ocorre nova redução das medidas de desigualdade, excetuando-se apenas o índice T de Theil para o Centro-Oeste.

Considerando o período 1993-1999 ou o período 1993-2001, observa-se que ocorre redução substancial da desigualdade em todas as regiões. Uma série de índices para o período 1979-1999 indica que 1999 é um dos anos com menor desigualdade de rendimento entre pessoas economicamente ativas com rendimento. O valor do L de Theil em 1999 é o menor observado nesses 21 anos (Hoffmann, 2000a).

Note-se, entretanto, que a desigualdade continua extremamente elevada. Basta dizer que o índice de Gini para a PEA com rendimento em 2001 (igual a 0,571) ainda é maior do que o valor obtido por Langoni (1973: 21) com os dados do *Censo Demográfico* de 1970 (0,565).

Tabela 3
Índice de Gini da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas com rendimento. Brasil e seis regiões, 1992-2001

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	MG+ES+RJ	SP	Sul	Centro-Oeste
1992	0,575	0,552	0,591	0,564	0,526	0,551	0,593
1993	0,605	0,587	0,637	0,588	0,559	0,574	0,614
1995	0,589	0,577	0,591	0,582	0,540	0,563	0,586
1996	0,584	0,566	0,599	0,575	0,534	0,557	0,590
1997	0,584	0,573	0,595	0,573	0,532	0,548	0,599
1998	0,581	0,567	0,589	0,568	0,530	0,551	0,592
1999	0,572	0,551	0,583	0,555	0,522	0,551	0,581
2001	0,571	0,543	0,574	0,554	0,538	0,535	0,580

Tabela 4
Índice T de Theil da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas com rendimento. Brasil e seis regiões, 1992-2001

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	MG+ES+RJ	SP	Sul	Centro-Oeste
1992	0,692	0,604	0,735	0,671	0,544	0,667	0,881
1993	0,808	0,764	0,926	0,783	0,673	0,748	0,849
1995	0,710	0,701	0,783	0,702	0,583	0,649	0,701
1996	0,698	0,648	0,808	0,678	0,564	0,635	0,748
1997	0,703	0,689	0,779	0,699	0,562	0,609	0,786
1998	0,697	0,663	0,783	0,680	0,563	0,626	0,752
1999	0,666	0,613	0,763	0,633	0,534	0,614	0,724
2001	0,680	0,634	0,742	0,641	0,593	0,594	0,719

Tabela 5
Decomposição do índice T de Theil da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas com rendimento, considerando a divisão do Brasil em seis regiões, 1992-2001

Ano	T de Theil para desigualdade			% entre/total
	Dentro de regiões	Entre regiões	Total	
1992	0,652	0,040	0,692	5,73%
1993	0,766	0,041	0,808	5,10%
1995	0,664	0,046	0,710	6,54%
1996	0,655	0,044	0,698	6,26%
1997	0,655	0,048	0,703	6,89%
1998	0,652	0,045	0,697	6,46%
1999	0,624	0,042	0,666	6,29%
2001	0,638	0,042	0,680	6,21%

Tabela 6
Índice L de Theil da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas com rendimento. Brasil e seis regiões, 1992-2001

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	MG+ES+RJ	SP	Sul	Centro-Oeste
1992	0,642	0,578	0,685	0,598	0,508	0,580	0,659
1993	0,713	0,644	0,800	0,654	0,571	0,617	0,701
1995	0,638	0,596	0,633	0,609	0,521	0,574	0,618
1996	0,626	0,568	0,652	0,589	0,504	0,555	0,620
1997	0,630	0,586	0,651	0,586	0,502	0,536	0,644
1998	0,616	0,580	0,628	0,573	0,495	0,543	0,623
1999	0,595	0,541	0,615	0,546	0,477	0,542	0,602
2001	0,598	0,520	0,612	0,549	0,514	0,513	0,602

Em 1993 e 1999 a desigualdade *entre* as seis regiões analisadas, medida pelo T de Theil, é praticamente a mesma. Com a redução da desigualdade *dentro* das regiões, a participação da desigualdade inter-regional no total aumenta de 5,10% em 1993 para 6,29% em 1999, como mostra a Tabela 5. Entre 1999 e 2001 a desigualdade entre regiões, medida pelo T de Theil, permanece estável, mas cresce um pouco a desigualdade dentro das regiões, causando ligeiro decréscimo na participação da desigualdade entre regiões no total.

As análises precedentes se limitaram às pessoas economicamente ativas cujo rendimento de todas as fontes é positivo. Dado o crescimento recente das taxas de desemprego, pode-se questionar se esse procedimento permite captar apropriadamente as mudanças na distribuição do rendimento entre todas as pessoas economicamente ativas. Para esclarecer essa questão, será feita uma análise da evolução das principais características da distribuição do rendimento para toda a PEA, incluindo as pessoas sem rendimento, no Brasil, de 1992 a 2001.

Cabe ressaltar que o conceito de “trabalho” nas PNADs, a partir de 1992, é bastante abrangente, incluindo atividade de produção para o próprio consumo ou construção para o próprio uso desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana. Isso explica por que cerca de 18% da PEA não tem rendimento.

São consideradas pessoas ocupadas na semana de referência aquelas com trabalho nessa semana e também aquelas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período por motivo de férias, licença, greve, etc. São classificadas como desocupadas as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho na semana de referência. Tanto as pessoas ocupadas como as desocupadas são consideradas economicamente ativas (IBGE, 2002: 21-22).

A Tabela 7 mostra o forte crescimento do desemprego (porcentagem de pessoas desocupadas) na PEA com declaração de rendimento de todas as fontes, de 1993 a 1999. A proporção de pessoas economicamente ativas com rendimento nulo cresce bem menos, passando de 18,4% em 1993 para 19,4% em 1999. Em 2001 a porcentagem de pessoas desocupadas permanece elevada (9,5%), mas a proporção de pessoas economicamente ativas com rendimento nulo cai para 16,6%, que é o menor valor no período analisado.

Entre 1993 e 1999, devido ao crescimento da proporção de pessoas sem rendimento, a desigualdade entre todas as pessoas economicamente ativas (excluindo apenas as que não informaram seus rendimentos), como mostra a Tabela 7, diminui um pouco menos do que a desigualdade entre pessoas economicamente ativas com rendimento positivo (Tabelas 3 e 4). Entre 1993 e 1999, o índice de Gini para o Brasil na Tabela 3 diminui 0,033, ao passo que o índice de Gini na Tabela 7 diminui 0,023. Enquanto o T de Theil para o Brasil na Tabela 4 diminui 0,142, o mesmo índice na Tabela 7 diminui 0,130. Note-se que há uma redução não desprezível da desigualdade entre o rendimento das pessoas economicamente ativas, mesmo quando são incluídas aquelas sem rendimento.

Cabe ressaltar que o índice de Gini da Tabela 7 só diminui menos do que o índice de Gini para o Brasil na Tabela 3 a partir de 1996. Entre 1993 e 1996 a redução é exatamente a mesma para os dois índices: 0,021.

Entre 1999 e 2001, devido à redução na proporção de pessoas economicamente ativas sem rendimento, há redução do T de Theil na Tabela 7, apesar de esse índice aumentar na Tabela 4 (onde o cálculo do índice exclui as pessoas sem rendimento).

No período 1993-2001 o índice de Gini diminui 0,034 na Tabela 3 e diminui 0,036 na Tabela 7.

Tabela 7
Principais características da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas no Brasil, de 1992 a 2001, incluindo as pessoas sem rendimento ⁽¹⁾

Ano	% da População		Rendimento médio ⁽²⁾	Índice de Gini	T de Theil
	Economicamente Ativa				
	Desocupada	Sem rendimento			
1992	6,6	19,3	391,6	0,657	0,905
1993	6,3	18,4	427,9	0,678	1,011
1995	6,2	17,9	553,4	0,662	0,907
1996	7,0	17,4	572,3	0,657	0,889
1997	7,9	18,0	561,3	0,657	0,889
1998	9,1	18,6	555,3	0,659	0,903
1999	9,7	19,4	511,6	0,655	0,881
2001	9,5	16,6	521,5	0,642	0,862

⁽¹⁾ Considerando apenas as pessoas economicamente ativas (ocupadas ou desocupadas) com declaração do rendimento de todas as fontes.

⁽²⁾ Em reais de setembro de 2001, de acordo com o INPC.

3 A distribuição do rendimento familiar per capita

Embora a distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas seja apropriada para analisar as mudanças mais diretamente associadas ao mercado de trabalho, para analisar as diferenças de nível de vida é mais apropriado considerar a classificação das pessoas de acordo com o rendimento familiar per capita. Nesta seção é examinada a evolução dessa distribuição no Brasil e em seis regiões, de 1992 a 2001, iniciando com uma análise mais pormenorizada dos dados de 2001.

Na amostra da PNAD de 2001 há 378.837 pessoas. Para cada uma delas o IBGE fornece um fator de expansão, que é o correspondente número de pessoas na população. Pode-se verificar, então, que aquela amostra representa uma população de 169.369.557 pessoas.

Para analisar a distribuição do rendimento familiar per capita vamos nos restringir às famílias residentes em domicílios particulares e com declaração do rendimento familiar, formando uma população de 49.373.748 famílias com 165.109.295 pessoas. Como pessoas da família são incluídas a pessoa de referência, o cônjuge, filhos, outros parentes e agregados, mas não são incluídos outros moradores do domicílio como pensionistas, empregados domésticos ou parentes de empregado doméstico. O rendimento per capita é obtido dividindo o rendimento familiar mensal pelo número de componentes da família.

A Tabela 8 mostra as principais características da distribuição do rendimento familiar per capita no Brasil e nas seis regiões consideradas. O rendimento mensal per capita médio no país não chega a R\$ 300,00, variando de R\$ 161,5 no Nordeste a R\$ 428,3 no estado de São Paulo. Apenas o Norte e o Nordeste têm rendimentos médios e medianos menores do que o Brasil em geral.

A Tabela 8 também mostra os valores dos decis, dos quartis e do 95^o e 99^o percentis. Note-se que a mediana é aproximadamente igual à metade da média, e que o 3^o quartil é semelhante à média. De acordo com os dados, pessoas com rendimento familiar per capita maior ou igual a R\$ 1.016,00 fazem parte do vigésimo mais rico da população, que se apropria de 34,0% da renda total.

Se a curva de quantis de uma distribuição *x* nunca fica abaixo e fica, pelo menos em algum intervalo, acima da curva de quantis da distribuição *y*, diz-se que a distribuição *x* domina, em primeira ordem, a distribuição *y*. Pode-se verificar, na Tabela 8, que a distribuição do rendimento familiar per capita no Nordeste é dominada pelas distribuições nas outras cinco regiões. O Norte domina o Nordeste, mas é dominado pelas outras quatro regiões. São Paulo domina as demais regiões. A região Sul domina MG+ES+RJ. A curva de quantis do Centro-Oeste se cruza com as curvas para a região Sul e para MG+ES+RJ.

Tabela 8
Principais características da distribuição do rendimento familiar per capita
no Brasil e em seis regiões, de acordo com dados da PNAD de 2001

Estatística	Brasil	Norte ⁽¹⁾	Nordeste	MG+ES+RJ	SP	Sul	Centro-Oeste
Famílias (1.000)	49.374	2.620	13.122	10.918	11.200	7.936	3.578
Pessoas (1.000)	165.109	9.600	47.383	34.865	36.375	25.130	11.756
Pessoas/família	3,34	3,66	3,61	3,19	3,25	3,17	3,29
Rdmto/pessoa (R\$)	297,1	217,0	161,5	321,4	428,3	346,7	324,7
Percentil 10	33,3	32,0	19,5	45,0	66,7	54,0	45,0
20	60,0	50,0	33,9	72,5	108,0	90,0	72,5
25	71,2	60,0	40,0	90,0	130,0	102,5	87,5
30	86,7	70,0	46,1	100,0	150,0	123,3	98,7
40	115,0	90,0	60,0	133,3	191,2	160,0	125,0
50	150,0	116,3	80,0	171,4	237,5	200,0	160,0
60	195,0	150,0	100,0	215,0	300,0	250,0	198,0
70	260,0	190,0	135,0	286,7	400,0	325,0	265,0
75	308,0	222,5	160,0	338,7	470,0	372,5	315,0
80	375,0	266,7	183,3	400,0	562,5	436,0	384,0
90	650,0	447,5	322,0	681,7	933,3	700,0	693,5
95	1.016,0	700,0	545,0	1.066,7	1.387,5	1.100,2	1.150,0
99	2.500,0	1.800,0	1.478,0	2.650,0	3.000,0	2.750,0	2.875,0
% da renda							
recebida pelos							
40% mais pobres	7,8	9,0	8,0	8,8	9,8	10,0	8,5
50% mais pobres	12,2	13,7	12,3	13,5	14,7	15,1	12,8
20% mais ricos	63,9	62,1	64,8	62,3	59,9	59,4	64,9
10% mais ricos	47,6	46,5	50,1	46,1	43,2	43,6	49,2
5% mais ricos	34,0	33,8	37,4	32,9	30,2	31,0	35,5
1% mais ricos	13,8	14,5	16,3	13,3	11,9	12,3	14,7
Relação médias 10 ^o /40 ^o	24,5	20,7	25,2	21,1	17,7	17,5	23,1
Índice de Gini	0,601	0,580	0,611	0,582	0,555	0,552	0,602
T de Theil	0,737	0,707	0,811	0,690	0,612	0,613	0,758

⁽¹⁾ Exclusive área rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

Observa-se, na Tabela 8, que o Nordeste é a região com maior desigualdade e que São Paulo e o Sul são as regiões com menor desigualdade. No Nordeste o rendimento médio dos 10% mais ricos é 25,2 vezes maior do que o rendimento médio dos 40% mais pobres. No Estado de São Paulo e no Sul essa relação fica abaixo de 18.

As Tabelas 9 e 10 mostram a evolução da média e da mediana, respectivamente, da distribuição do rendimento familiar per capita. Todos os valores estão em reais de setembro de 2001, usando como deflator o INPC. Tanto o rendimento médio como o rendimento mediano mostram, em todas as regiões, um crescimento intenso entre 1993 e 1995. Da mesma maneira que já foi comentado ao analisar o rendimento médio das pessoas economicamente ativas, é possível que esse crescimento esteja superestimado porque o INPC não estaria medindo corretamente a inflação no período que antecedeu a criação do real.

De 1998 para 1999 ocorre uma redução dos rendimentos médios e medianos, excetuando-se apenas o rendimento mediano de MG+ES+RJ. Essa redução, que é particularmente intensa no caso do rendimento mediano do estado de São Paulo, pode ser associada com a turbulência causada pela crise cambial no começo de 1999.

Quando se considera o período 1993-2001, há crescimento expressivo do rendimento per capita. Para o Brasil a média cresce 29,4% e a mediana cresce 32,0%.

Tabela 9
Valor real médio, em reais de setembro de 2001, do rendimento familiar per capita.
Brasil e seis regiões, 1992-2001

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	MG+ES+RJ	SP	Sul	Centro-Oeste
1992	211,6	156,5	114,1	232,0	302,0	243,3	222,7
1993	229,6	182,6	125,0	236,0	327,3	273,0	261,4
1995	302,7	239,1	159,6	326,9	451,9	342,4	302,8
1996	306,4	228,1	160,7	328,9	459,4	345,6	315,4
1997	306,0	226,6	160,9	329,2	460,0	337,1	332,4
1998	308,8	223,6	167,4	328,9	457,4	245,0	341,7
1999	292,4	210,6	161,9	315,1	422,5	333,4	315,0
2001	297,1	217,0	161,5	321,4	428,3	346,7	324,7
Variação %							
1993-1995	31,8	30,9	27,7	38,5	38,1	25,4	15,8
1998-1999	-5,3	-5,8	-3,3	-4,2	-7,6	-3,4	-7,8
1993-2001	29,4	18,8	29,2	36,2	30,9	27,0	24,2

Fonte: PNADS (IBGE). Os rendimentos dos anos anteriores a 2001 foram colocados em reais de setembro de 2001 com base no INPC.

Tabela 10
 Valor real, em reais de setembro de 2001, da mediana
 da distribuição do rendimento familiar per capita. Brasil e seis regiões, 1992-2001

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	MG+ES+RJ	SP	Sul	Centro-Oeste
1992	113,3	86,3	57,3	125,6	179,7	139,6	113,3
1993	113,6	92,8	56,8	117,9	182,9	153,7	121,7
1995	148,1	119,6	74,0	160,4	259,1	185,1	148,1
1996	148,9	115,3	73,4	165,1	266,5	187,9	148,1
1997	150,7	113,0	75,3	165,7	267,9	188,3	157,0
1998	154,2	113,6	79,1	165,2	261,7	188,7	158,2
1999	149,3	112,0	78,1	165,7	238,9	181,1	156,2
2001	150,0	116,3	80,0	171,4	237,5	200,0	160,0
Variação %							
1993-1995	30,4	28,9	30,3	36,0	41,7	20,4	21,7
1998-1999	-3,2	-1,4	-1,3	0,3	-8,7	-4,0	-1,3
1993-2001	32,0	25,3	40,8	45,4	29,9	30,1	31,5

Fonte: PNADs (IBGE). Os rendimentos dos anos anteriores a 2001 foram colocados em reais de setembro de 2001 com base no INPC.

As Tabelas 11, 12 e 13 mostram a evolução das medidas de desigualdade da distribuição do rendimento familiar per capita entre 1992 e 2001.

Destaca-se o nível relativamente baixo da desigualdade em 1992. Cabe lembrar, novamente, que nesse ano o rendimento médio é excepcionalmente baixo, fazendo com que o nível de pobreza seja relativamente elevado (ver adiante).

No período de 1993 a 2001 constata-se que houve diminuição da desigualdade, mas essa diminuição é bem menos intensa do que no caso da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas com rendimento, examinada na seção anterior, como ilustra a Figura 1.

Entre 1993 e 2001 o índice de Gini do rendimento familiar per capita no Brasil diminuiu menos de 0,01. Há redução do índice de Gini na maioria das regiões, mas no caso do Estado de São Paulo o índice de Gini em 2001 é maior do que em 1993. No Sul o índice de Gini em 1999 é maior do que em 1993, tornando-se menor em 2001.

A medida de desigualdade T de Theil diminuiu no Brasil e em todas as regiões entre 1993 e 1995. Excluindo o Centro-Oeste, a diminuição é maior quando se compara 1993 com 1999. Entre 1999 e 2001 o índice cresce no Brasil e em várias regiões, especialmente no Estado de São Paulo. Com exceção de São Paulo, o índice de 2001 é menor do que em 1993.

Figura 1
Evolução dos valores dos índices de Gini da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas, do rendimento da PEA com rendimento positivo e do rendimento familiar per capita, de 1993 a 2001

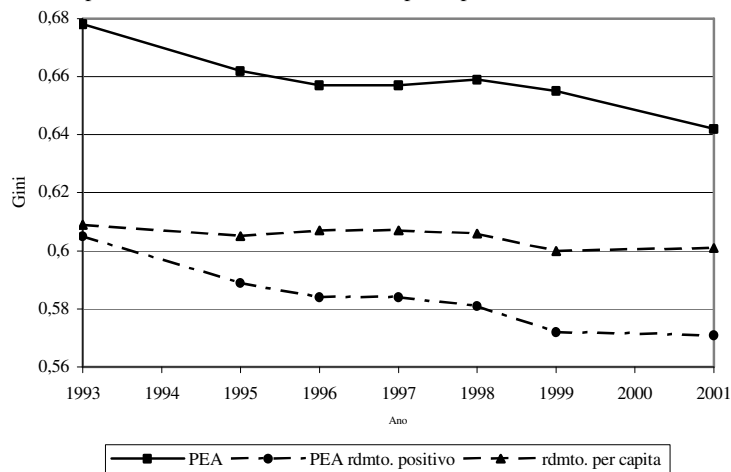


Tabela 11
Índice de Gini da distribuição do rendimento familiar per capita.
Brasil e seis regiões, 1992-2001

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	MG+ES+RJ	SP	Sul	Centro-Oeste
1992	0,587	0,570	0,602	0,575	0,520	0,551	0,593
1993	0,609	0,591	0,638	0,595	0,547	0,561	0,609
1995	0,605	0,595	0,613	0,594	0,541	0,568	0,589
1996	0,607	0,593	0,629	0,590	0,534	0,565	0,604
1997	0,607	0,600	0,628	0,590	0,540	0,559	0,603
1998	0,606	0,593	0,620	0,588	0,545	0,561	0,607
1999	0,600	0,579	0,615	0,576	0,544	0,566	0,597
2001	0,601	0,580	0,611	0,582	0,555	0,552	0,602

Tabela 12
Índice T de Theil da distribuição do rendimento familiar per capita.
Brasil e seis regiões, 1992-2001

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	MG+ES+RJ	SP	Sul	Centro-Oeste
1992	0,704	0,642	0,756	0,679	0,524	0,642	0,830
1993	0,781	0,762	0,905	0,770	0,604	0,679	0,802
1995	0,743	0,738	0,830	0,721	0,580	0,649	0,699
1996	0,741	0,713	0,869	0,705	0,560	0,641	0,761
1997	0,749	0,763	0,854	0,727	0,574	0,620	0,774
1998	0,746	0,725	0,839	0,717	0,585	0,630	0,782
1999	0,723	0,669	0,824	0,676	0,575	0,636	0,746
2001	0,737	0,707	0,811	0,690	0,612	0,613	0,758

Observa-se, na Tabela 13, que a desigualdade *entre* as seis regiões, medida pelo T de Theil, é a mesma em 1993 e 1999, assumindo valores um pouco mais elevados nos anos intermediários. Como a desigualdade *dentro* das regiões diminuiu, a participação da desigualdade *entre* regiões no total cresce de 7,44% em 1993 para 8,04% em 1999. Note-se como essa participação é pequena, apesar das substanciais diferenças inter-regionais no rendimento médio que podem ser observadas na Tabela 9.

Tabela 13
Decomposição do índice T de Theil da distribuição do rendimento familiar per capita, considerando a divisão do Brasil em seis regiões

Ano	T de Theil para desigualdade			% entre/total
	Dentro de regiões	Entre regiões	Total	
1992	0,645	0,059	0,704	8,38%
1993	0,723	0,058	0,781	7,44%
1995	0,677	0,066	0,743	8,85%
1996	0,674	0,067	0,741	9,08%
1997	0,682	0,067	0,749	8,98%
1998	0,683	0,063	0,746	8,41%
1999	0,665	0,058	0,723	8,04%
2001	0,677	0,060	0,737	8,16%

Barros, Henriques & Mendonça (2000: 39) apresentam uma série de valores do índice de Gini e do T de Theil da distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil, de 1977 a 1999, denunciando a inaceitável estabilidade da desigualdade da distribuição da renda no país. Os índices para o período 1993-1999 apresentados nas Tabelas 11 e 12 são ligeiramente mais elevados porque aqui foi considerada a distribuição do rendimento familiar per capita (e não o rendimento domiciliar per capita).

No final da seção anterior mostrou-se que, de 1993 a 2001, o índice de Gini e o T de Theil para a distribuição do rendimento de toda a PEA com declaração do rendimento de todas as fontes diminuíram 0,036 e 0,149, respectivamente. As reduções correspondentes na distribuição do rendimento familiar per capita são 0,008 e 0,044. Para entender as razões dessa diferença de comportamento das duas distribuições seria necessário examinar as mudanças na composição das famílias, particularmente o número de pessoas ativas por família e a correlação entre seus rendimentos. O número médio de pessoas por família, de acordo com os dados das PNADS, diminuiu de 3,69 em 1993 para 3,60 em 1995, 3,53 em 1997, 3,44 em 1999 e 3,34 em 2001.

Uma das explicações para a diferença na evolução da desigualdade do rendimento das pessoas economicamente ativas e a desigualdade do rendimento familiar per capita é a importância crescente do rendimento recebido na forma de aposentadorias e pensões.⁴

O índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita (que é muito semelhante à distribuição do rendimento familiar per capita) pode ser decomposto em parcelas correspondentes aos componentes do rendimento domiciliar. Podemos destacar a parte do rendimento domiciliar proveniente de atividades exercidas pelos membros do domicílio (que o IBGE denomina de rendimento de todos os trabalhos) e a parte do rendimento domiciliar proveniente de aposentadorias e pensões.

Nos anos 1992-1995 o rendimento de todos os trabalhos correspondia a cerca de 82% do rendimento domiciliar total, e aposentadorias e pensões representavam cerca de 14% do mesmo total, contribuindo, respectivamente, com cerca de 81% e 14% da desigualdade do rendimento domiciliar per capita (medida pela índice de Gini). Em 1999 a participação dessas duas parcelas na renda total passa a ser 78,5% e 17,8% e as respectivas contribuições para o índice de Gini são 77,5% e 18,1%. Em 2001 as participações na renda total são 77,9% e 18,5% e as contribuições para o índice de Gini são 77,3% e 18,8%.

Entre 1995 e 2001 a parcela do índice de Gini do rendimento domiciliar per capita referente ao rendimento proveniente da atividade principal das pessoas diminui 0,027, ao mesmo tempo em que a parcela referente ao rendimento de aposentadorias e pensões aumenta 0,029.

4 A evolução da pobreza

O nível de vida de uma pessoa é condicionado, basicamente, pela sua renda familiar per capita. Essa é, então, a variável comumente utilizada na obtenção de medidas de pobreza.⁵

Serão utilizadas duas medidas de pobreza absoluta: a proporção de pobres e o índice de Foster, Greer e Thorbecke. A proporção de pobres é a medida de interpretação mais simples. Ela capta as mudanças na *extensão* da pobreza, mas é insensível à *intensidade* da pobreza. Note-se que a proporção de pobres não muda se aumentar a insuficiência de renda de pessoas pobres. O índice de Foster, Greer e Thorbecke, por outro lado, é baseado na soma dos quadrados das insuficiências

(4) Sobre a importância de aposentadorias e pensões na desigualdade no Brasil, ver Hoffmann (2001). Esse também é o tema da tese de doutorado de Carlos Roberto Ferreira na ESALQ-USP (em elaboração).

(5) Há trabalhos que levam em consideração as economias de escala no consumo familiar. Ver Ferreira & Litchfield (2000).

de renda individuais, o que corresponde a ponderar cada insuficiência de renda pelo seu próprio valor, dando mais peso aos casos de pobreza mais intensa.

São utilizadas duas linhas de pobreza, com valores reais equivalentes a um quarto e a metade do maior salário mínimo vigente no país em agosto de 1980. Para atualizar os valores, mantendo constante o valor real da linha de pobreza, é usado o INPC. Tais linhas de pobreza são usadas para possibilitar a comparação das medidas calculadas com os resultados de trabalhos anteriores (Hoffmann, 1998b e 2000a). Cabe ressaltar que a finalidade principal da análise desenvolvida nessa seção é avaliar as mudanças do grau de pobreza no Brasil e nas suas regiões no período 1992-2001. Não se pretende obter uma medida do “verdadeiro” grau de pobreza em certo ano. As comparações das medidas de pobreza apresentadas adiante para regiões e áreas (rural e urbana) diferentes precisam ser feitas com cuidado. Se, por exemplo, as regiões e áreas mais ricas tiverem custo de vida mais elevado, deve ser usada uma linha de pobreza mais elevada ao calcular as respectivas medidas de pobreza. O uso de uma linha de pobreza fixa levará a superestimar as diferenças no grau de pobreza.⁶

As Tabelas 14 e 15 mostram as mudanças na proporção de pobres para as linhas de pobreza com valor real igual a meio e um quarto do salário mínimo de agosto de 1980, respectivamente. As Tabelas 16 e 17 trazem, na mesma ordem, os valores do índice de Foster, Greer e Thorbecke. O padrão geral é uma queda substancial da pobreza entre 1993 e 1995 e pouca alteração de 1995 a 2001. Cabe lembrar que a dimensão da queda do grau de pobreza entre 1993 e 1995 é sensível à escolha do deflator, tendo sido utilizado o INPC.

Nas Tabelas 14 a 17, observa-se que há diferença no comportamento das medidas de pobreza para áreas urbanas e para áreas rurais. Nas áreas urbanas, da mesma maneira que para a totalidade do Brasil, a pobreza diminui substancialmente entre 1993 e 1995 e depois aumenta um pouco até 1999. Nas áreas rurais, a redução da pobreza entre 1993 e 1995 é menos intensa do que nas áreas urbanas, mas ocorre nova redução entre 1995 e 1999.

A rigor, os resultados para áreas urbanas e rurais em 2001 não podem ser comparados aos resultados para os anos de 1992 a 1999. Nas PNADs de 1992 a 1999 a delimitação de áreas urbanas e rurais permaneceu igual à vigente por ocasião do *Censo Demográfico* de 1991 e na PNAD de 2001 já foi utilizada a delimitação vigente no *Censo Demográfico* de 2000.

(6) Rocha (2001) apresenta medidas de pobreza para o Brasil usando linhas de pobreza diferenciadas regionalmente e conforme áreas metropolitanas, urbanas ou rurais. No que se refere à evolução da pobreza no período 1993-1999, os resultados obtidos aqui são muito similares aos de Rocha (2001). Conforme discutido em Hoffmann (2000b), é possível que haja diferenciação exagerada nas linhas de pobreza utilizadas por Rocha, particularmente quando se comparam áreas rurais e metropolitanas.

Tabela 14
 Proporção de pessoas com rendimento familiar per capita igual ou menor
 do que o valor real de meio salário mínimo de agosto de 1980 (R\$ 105,98 de set./2001)

Região	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Norte	0,580	0,563	0,446	0,463	0,480	0,477	0,479	0,466
Nordeste	0,719	0,720	0,627	0,635	0,636	0,619	0,624	0,612
MG+ES+RJ	0,433	0,456	0,330	0,323	0,320	0,319	0,316	0,318
SP	0,263	0,268	0,156	0,157	0,161	0,161	0,185	0,195
Sul	0,383	0,352	0,276	0,273	0,284	0,270	0,283	0,256
Centro-Oeste	0,473	0,443	0,350	0,356	0,333	0,326	0,342	0,335
Brasil	0,478	0,477	0,376	0,377	0,380	0,372	0,381	0,376
Urbana	0,403	0,407	0,298	0,303	0,304	0,297	0,311	0,323 ⁽¹⁾
Rural	0,756	0,737	0,674	0,667	0,674	0,663	0,654	0,650 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ A delimitação das áreas urbanas e rurais muda em 2001.

Tabela 15
 Proporção de pessoas com rendimento familiar per capita igual ou menor
 do que o valor real de um quarto do salário mínimo de agosto de 1980 (R\$ 52,99 de set./2001)

Região	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Norte	0,323	0,276	0,204	0,219	0,231	0,234	0,223	0,212
Nordeste	0,465	0,477	0,350	0,379	0,373	0,353	0,350	0,346
MG+ES+RJ	0,198	0,206	0,133	0,136	0,131	0,134	0,130	0,135
SP	0,088	0,087	0,057	0,054	0,060	0,059	0,064	0,073
Sul	0,157	0,132	0,109	0,112	0,107	0,111	0,113	0,098
Centro-Oeste	0,208	0,182	0,136	0,141	0,125	0,121	0,129	0,128
Brasil	0,250	0,247	0,179	0,189	0,186	0,181	0,181	0,180
Urbana	0,182	0,183	0,122	0,132	0,130	0,127	0,131	0,140 ⁽¹⁾
Rural	0,501	0,488	0,393	0,410	0,404	0,393	0,376	0,388 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ A delimitação das áreas urbanas e rurais muda em 2001.

Tabela 16
 Índice de pobreza de Foster, Greer e Thorbecke da distribuição do rendimento familiar per capita,
 adotando uma linha de pobreza com valor real igual a meio salário mínimo de agosto de 1980
 (R\$ 105,98 de set./2001)

Região	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Norte	0,2055	0,1700	0,1327	0,1457	0,1489	0,1488	0,1488	0,1410
Nordeste	0,2992	0,3040	0,2187	0,2348	0,2332	0,2146	0,2172	0,2195
MG+ES+RJ	0,1274	0,1292	0,0884	0,0895	0,0877	0,0885	0,0880	0,0921
SP	0,0654	0,0632	0,0463	0,0434	0,0482	0,0470	0,0508	0,0587
Sul	0,1060	0,0862	0,0737	0,0748	0,0736	0,0734	0,0788	0,0695
Centro-Oeste	0,1313	0,1147	0,0931	0,0982	0,0880	0,0831	0,0888	0,0906
Brasil	0,1632	0,1588	0,1170	0,1221	0,1219	0,1161	0,1187	0,1206
Urbana	0,1206	0,1183	0,0838	0,0884	0,0891	0,0851	0,0900	0,0979 ⁽¹⁾
Rural	0,3203	0,3093	0,2430	0,2538	0,2503	0,2368	0,2315	0,2391 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ A delimitação das áreas urbanas e rurais muda em 2001.

Tabela 17
Índice de pobreza de Foster, Greer e Thorbecke da distribuição do rendimento familiar per capita, adotando uma linha de pobreza com valor real igual a um quarto do salário mínimo de agosto de 1980 (R\$ 52,99 de set./2001)

Região	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Norte	0,0986	0,0721	0,0615	0,0731	0,0703	0,0717	0,0723	0,0679
Nordeste	0,1572	0,1599	0,1009	0,1156	0,1126	0,0975	0,0988	0,1066
MG+ES+RJ	0,0549	0,0549	0,0384	0,0412	0,0410	0,0426	0,0421	0,0465
SP	0,0312	0,0297	0,0298	0,0270	0,0324	0,0308	0,0308	0,0377
Sul	0,0475	0,0339	0,0330	0,0364	0,0346	0,0352	0,0385	0,0343
Centro-Oeste	0,0541	0,0452	0,0419	0,0493	0,0433	0,0415	0,0411	0,0459
Brasil	0,0797	0,0763	0,0551	0,0608	0,0604	0,0561	0,0568	0,0612
Urbana	0,0557	0,0538	0,0402	0,0446	0,0454	0,0431	0,0450	0,0513 ⁽¹⁾
Rural	0,1681	0,1599	0,1117	0,1245	0,1190	0,1067	0,1035	0,1126 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ A delimitação das áreas urbanas e rurais muda em 2001.

Observa-se que a pobreza nas áreas rurais é muito maior do que nas áreas urbanas. Entretanto, como em 1999 a proporção da população do país nas áreas urbanas já é 80%, a grande maioria dos pobres está nessas áreas. Para uma linha de pobreza de meio salário mínimo de agosto de 1980 (utilizada na Tabela 14), verifica-se que, em 1999, 65,1% dos pobres estão em áreas urbanas e 34,9% em áreas rurais. Em 2001, com a nova delimitação de áreas rurais e urbanas e mantendo uma linha de pobreza equivalente a meio salário mínimo de agosto de 1980 per capita, verifica-se que 72,2% dos pobres residem em áreas urbanas e 27,8% residem em áreas rurais. Cabe ressaltar que as medidas de pobreza apresentadas foram calculadas usando a mesma linha de pobreza para áreas urbanas e rurais, o que deve estar levando a superestimar as diferenças urbano/rurais e a proporção do total de pobres que reside nas áreas rurais.⁷ As limitações dos dados sobre rendas das pessoas ocupadas na agricultura (incluindo a ausência de informações sobre o valor da produção para autoconsumo dos pequenos agricultores) também contribuem para que a pobreza rural fique superestimada.

5 Proporção de domicílios com determinados bens duráveis de consumo

A posse de determinados bens duráveis, como televisão, geladeira e freezer, é considerada um indicador do nível de vida das famílias. Nesta seção será examinada a evolução da proporção de domicílios com determinados bens duráveis de consumo, tendo em vista verificar as variações observadas

(7) Usando linhas de pobreza para as áreas rurais que são, em geral, menores do que a metade das linhas de pobreza das áreas metropolitanas, Rocha (2001) obtém as seguintes proporções de pobres em 1999: 34,95% para o total do país, 36,88% nas áreas metropolitanas, 31,78% nas áreas urbanas e 40,26% nas áreas rurais, verificando que 22% do total de pobres reside nas áreas rurais.

anteriormente nas medidas de pobreza e, particularmente, o substancial crescimento dos rendimentos médio e mediano entre 1993 e 1995.

A proporção de domicílios com determinado bem é sempre calculada em relação ao total de domicílios com informação sobre a existência ou não do bem. A Tabela 18 mostra a evolução, de 1992 a 2001, da proporção de domicílios particulares permanentes que tinham rádio, televisão (colorida ou não), televisão colorida, geladeira, freezer e máquina de lavar roupa.

Tabela 18
Porcentagem de domicílios particulares permanentes com determinados bens duráveis.
Brasil, 1992-2001.

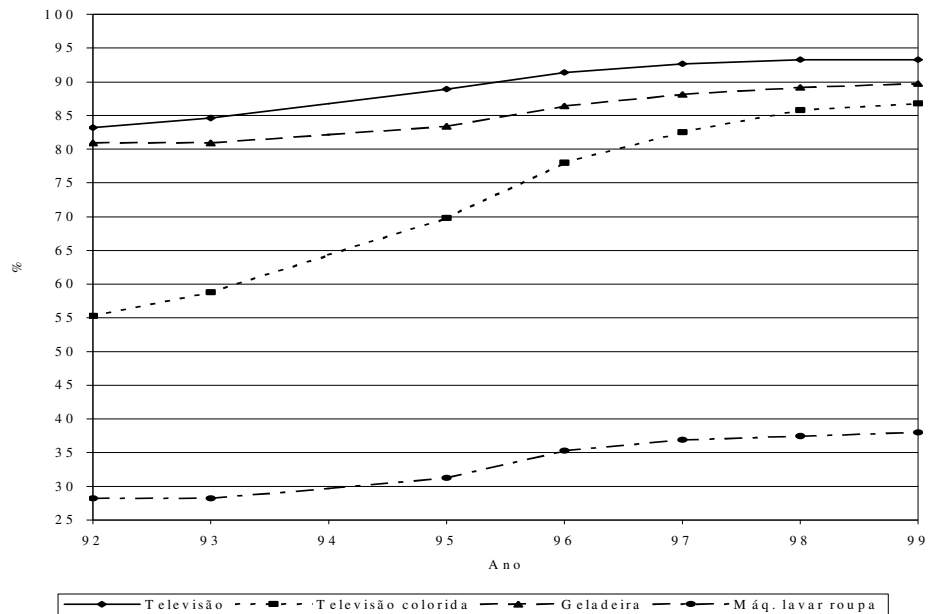
Bem durável	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Rádio	84,9	85,1	88,8	90,4	90,3	90,5	89,9	88,1
Televisão	73,9	75,8	81,1	84,4	86,2	87,6	87,8	89,1
Televisão colorida	46,7	50,2	60,9	69,3	74,1	78,2	79,7	83,0
Geladeira	71,5	71,7	74,8	78,2	80,3	81,9	82,8	85,1
Freezer	12,3	12,9	15,4	18,0	18,8	19,7	19,6	18,8
Máq. lavar roupa	24,0	24,3	26,6	30,4	31,7	32,3	32,8	33,7

As proporções apresentadas na Tabela 18 são condicionadas pelo crescimento da renda per capita, mas são afetadas, também, pelo processo de urbanização. Tendo em vista controlar o efeito da urbanização são apresentadas, na Tabela 19, as mesmas proporções considerando apenas os domicílios urbanos. Os dados referentes a 2001 são omitidos devido à mudança, a partir de 2000, na delimitação das áreas urbanas e rurais. A Figura 2 permite visualizar o crescimento da proporção de domicílios urbanos com televisão, televisão colorida, geladeira e máquina de lavar roupa no período 1992-1999.

Tabela 19
Porcentagem de domicílios particulares permanentes
de áreas urbanas com determinados bens duráveis. Brasil, 1992-1999

Bem durável	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Rádio	87,3	87,5	90,8	91,9	91,9	91,8	91,3
Televisão	83,2	84,6	88,9	91,4	92,7	93,3	93,3
Televisão colorida	55,3	58,8	69,8	78,0	82,5	85,8	86,8
Geladeira	80,9	80,9	83,4	86,4	88,1	89,2	89,7
Freezer	13,1	13,7	16,4	19,3	20,1	21,0	20,8
Máq. lavar roupa	28,2	28,2	31,2	35,3	36,9	37,4	38,0

Figura 2
O crescimento da porcentagem de domicílios urbanos com televisão,
televisão colorida, geladeira e máquina de lavar roupa, no período 1992-1999



Os resultados observados nas Tabelas 18 e 19 são bastante consistentes com o substancial crescimento da renda per capita entre 1993 e 1995 constatado na seção 4. Em geral a proporção de domicílios com os bens duráveis cresce mais intensamente entre 1993 e 1995 e também entre 1995 e 1996, o que pode ser interpretado como um efeito defasado do crescimento da renda no biênio anterior.

Conclusão

A América Latina é uma área com grandes desigualdades econômico-sociais. O Brasil se destaca nesse grupo de países pela extraordinária desigualdade na distribuição da renda. Não se trata, essencialmente, de uma concentração da renda em algumas centenas de pessoas extremamente ricas. A desigualdade da distribuição da renda no Brasil se caracteriza melhor pela grande proporção da renda apropriada pelos 10% ou 5% mais ricos. Notar que os 5% mais ricos na PEA (população economicamente ativa) do Brasil em 2001 são mais de 3,4 milhões de pessoas que ganhavam mais de R\$ 3.500,00 por mês, já considerada a subdeclaração dos rendimentos nas PNADs.

Há uma inaceitável estabilidade da desigualdade da distribuição da renda no Brasil no último quarto de século (Barros, Henriques & Mendonça, 2000).

Entre 1993 e 1995 há um substancial aumento nos rendimentos médios e medianos, acompanhado da redução das medidas de pobreza absoluta, que permanecem, após 1995, em um novo patamar. O aumento de renda média e a redução da pobreza no biênio 1993-1995 são confirmados pelos dados sobre crescimento da proporção de domicílios que têm determinados bens duráveis.

Em decorrência da extraordinária desigualdade da distribuição da renda, o Brasil continua com níveis de pobreza absoluta muito elevados para seu nível de renda per capita.

Observa-se que entre 1993 e 2001 houve uma substancial redução da desigualdade da distribuição do rendimento das pessoas economicamente ativas cujo rendimento de todas as fontes é positivo. A redução da desigualdade é da mesma ordem de grandeza quando são consideradas todas as pessoas economicamente ativas com declaração de rendimento de todas as fontes. Entretanto, a redução da desigualdade no período torna-se quase desprezível quando é analisada a distribuição do rendimento familiar per capita.

Uma das explicações para essa discrepância no comportamento da desigualdade entre as duas distribuições é a crescente contribuição, para a desigualdade, da parcela do rendimento familiar proveniente de aposentadorias e pensões. O fenômeno merece uma análise específica, levando-se em consideração as mudanças na composição das famílias.

Referências bibliográficas

- BARROS, Ricardo P. de, HENRIQUES, Ricardo, MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- FERREIRA, Francisco H. G., LITCHFIELD, Julie A. Desigualdade, pobreza e bem-estar social no Brasil – 1981/95. In: HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 49-80.
- FISHLOW, Albert. Brazilian size distribution of income. *American Economic Review*, v. 62, n. 2, p. 391-402, May 1972.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967.
- HOFFMANN, Rodolfo. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998a. 257p.
- _____. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979/97 e a influência da inflação e do salário mínimo. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 11, p. 199-221, dez. 1998b.
- _____. *Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-99*. 2000a. Disponível na Internet: <www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano.html>.

- HOFFMANN, Rodolfo. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo, (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b.
- _____. *Desigualdade no Brasil: a contribuição das aposentadorias*. 2001. Disponível na Internet: <www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano>.
- _____, DUARTE, João Carlos. A distribuição da renda no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 46-66, 1972.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: síntese de indicadores 1995*. Rio de Janeiro, 1996.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001*. v. 22 – Brasil. Rio de Janeiro, 2002.
- LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Expressão e Cultura, 1973.
- ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: o que há de novo no limiar do século XXI? *Economia*, v. 2, n. 1, p. 73-106, jan./jun. 2001.
- SZÉKELY, Miguel, HILGERT, Marianne. What's behind the inequality we measure? An investigation using Latin American data. LACEA 2000 – Latin American and Caribbean Economic Association, V Annual Meeting. *Anais...* Rio de Janeiro, 12-14 out. 2000. (CD-ROM).